



## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 269/12

Introduz as alterações que especifica na Lei nº 16.733, de 27/12/10, que autoriza o Tesouro do Estado, por intermédio do Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE, a apoiar financeiramente projeto de interesse público e coletivo, com vistas à realização da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014.

**Art. 1º** Ficam alterados o *caput* do art. 3º, seus Incisos I, II e III, bem como o § 1º, da Lei nº 16.733, de 27 de dezembro de 2010, passando a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 3º** Nas situações em que o apoio financeiro for concedido na forma de financiamento, o Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE poderá utilizar seus recursos observando os seguintes encargos:

I – Juros: Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, acrescido de, pelo menos, 1,9% (um por cento e nove décimos) ao ano;

II – Encargos por inadimplemento financeiro e não financeiro: de acordo com o disposto em “Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES”, aprovadas pela Resolução nº 665, de 10/12/87 e alterações posteriores;


III – Multa de ajuizamento: na hipótese de cobrança judicial da dívida, o beneficiário pagará multa de 10% (dez por cento) sobre o principal e encargos da dívida, além de despesas extrajudiciais, judiciais e honorários advocatícios, devidos a partir da data da propositura da medida judicial de cobrança.


§ 1º O prazo máximo para pagamento do financiamento será de 15 (quinze) anos, incluído o período de carência de até 3 (três) anos.\*

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 26 de junho de 2012.

  
ALEXANDRE CURTI  
Presidente

  
Relator





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**PROJETO DE LEI N.º 233/2012**

**Súmula:** Altera o Inciso II, do art. 18 Lei n.º 13.666, de 05 de julho de 2002, e adota outras providências.

Art. 1.º O inciso II, do art. 18, da Lei n.º 13.666, de 05 de julho de 2002, alterado pela Lei n.º 14.077, de 04 de julho de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"II – Adicional de Voo – AAV: retribuição financeira para o cargo de Agente de Aviação, fixada em valor fixo, de natureza permanente, incompatível com serviço extraordinário ou horas extras e incorporável para todos os efeitos legais".

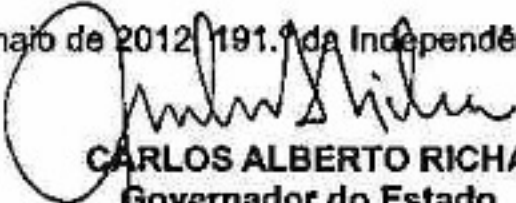
Art. 2.º A estrutura da vantagem Adicional de Voo obedecerá ao contido no Anexo único desta Lei.

Art. 3.º O valor do Adicional de Voo será corrigido automaticamente quando da concessão do Índice geral de revisão dos cargos do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

Art. 4.º Os atuais servidores do Quadro de Agente de Aviação terão sua remuneração ajustada, através de ato do Chefe do Poder Executivo, na forma da presente Lei.

Art. 5.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Leis n.ºs 14.077, de 04 de julho de 2003, 15.878, de 09 de julho de 2008 e 16.268, de 09 de novembro de 2009.

Curitiba, 21 de maio de 2012. 191.ª da Independência e 124.ª da República.

  
**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador



ANEXO ÚNICO

VALOR DO ADICIONAL DE VOO (EM REAIS)
R\$ 8.850,28

**CASA CIVIL**  
**GRUPO DE PLANEJAMENTO SETORIAL**



**INFORMAÇÃO Nº 074/2012-GPS/CC**

Protocolado nº 10.482.947-3

Conforme solicitado pela Chefia da Divisão Orçamentária e Financeira da Casa Militar, a respeito da proposta de **unificação das vantagens que compõe o Adicional de Vão dos Agentes de Aviação**, e de acordo com a informação nº 021/2012 do Grupo de Recursos Humanos Setorial da Casa Civil, onde diz que, *a solicitação não trará impacto financeiro*, estamos informando que existe **previsão de recursos orçamentários** na Lei Orçamentária Anual nº 17.012 de 14 de dezembro de 2011, no valor de R\$ 20.779.260,00 (vinte milhões, setecentos e setenta e nove mil, duzentos e sessenta reais) para as despesas com pessoal da Casa Civil no decorrer do presente exercício, na dotação abaixo especificada e QDD em anexo.

**Órgão: 13 - Casa Civil**

**Unidade: Diretoria Geral**

**P/A: 1302.04122414.015 – Gestão Administrativa – Casa Civil**

**Natureza da Despesa: 3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil**

**Espécie de despesa: 01 – Pessoal e Encargos Sociais**

**Fonte de recursos: 100 – Recursos do Tesouro Ordinário não Vinculado**

É a informação,

Curitiba, 24 de maio de 2012.

  
**Manoel de França**  
Chefe do GPS/CC

  
**Maria Cristina Magalhães**  
Assessora Casa Civil/GPS

ESTADO DO PARANÁ  
SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL  
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO - COP

QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA  
QDD - DIRETA  
SEM MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO

COMPOSIÇÃO P/L  
Exercício 2012  
24/05/12 11:28:19



Órgão: CASA CIVIL  
Unidade: DIRETORIA GERAL  
PROJ/ATIV/CP,ESP: GESTÃO ADMINISTRATIVA - CASA CIVIL  
Datação: 1307.04122414.D15

Recursos orçamentários em R\$ 1,00									
Despesa	Item	Orçamento Inicial (1)	Orçamento Programado (2)	Saldo a Programar (3)	Total Orçamentário (4)=(1)+(2)+(3)	Total Empenhado (5)	Saldo Programado (6)=(2)-(5)	Pago até 24/05/12 (7)	
IPSSALBENEFÍCIO									
31901100	11001	20.779.760	20.779.760		20.779.760	10.818.765,28	10.160.494,78	9.440.512,84	
31901300	11001	2.500.000	2.500.000		2.500.000	1.222.377,99	1.277.622,01	1.222.377,99	
31901600	11001	55.000	55.000		55.000	34.782,37	15.217,63	35.799,33	
31909200	11001	150.000	306.185		306.185	306.184,50	0,50	306.184,50	
31909600	11001	1.300.000	663.109	280.706	843.815	297.451,69	365.657,31	294.158,62	
TT		24.584.260	24.303.554	280.706	24.584.260	12.483.561,81	11.819.962,19	11.299.251,08	
TT PESS.		24.584.260	24.303.554	280.706	24.584.260	12.483.561,81	11.819.962,19	11.299.251,08	
OUT. O. CIVIL									
33903900	11001	560.600	117.998	441.998	559.996	103.828,22	14.669,78	49.678,38	
33903900	11001	325.440	67.000	258.440	325.440	37.187,53	9.812,47	46.200,10	
33903700	11001	853.000	331.000	522.000	853.000	331.000,00	0,00	329.657,22	
33903900	11001	2.421.850	1.828.317	1.278.819	2.409.236	868.552,02	366.784,98	574.770,17	
33904800	11001	10.000	5.000	5.000	10.000	1.545,00	3.455,00	1.545,00	
33905200	11001	13.700	28.518		28.518	28.512,02	0,98	28.512,02	
TT		4.184.090	1.677.833	2.506.257	4.184.090	1.483.329,79	194.703,21	1.032.367,99	
TT O.B.COM.		4.184.090	1.677.833	2.506.257	4.184.090	1.483.329,79	194.703,21	1.032.367,99	
INVESTIMENTOS									
44905100	11001		297.237		297.237	0,00	297.237,00	0,00	
44905200	11001	900.000	389.810	570.190	960.000	348.430,50	41.359,40	261.386,40	
44905200	12211		60.000		60.000	0,00	60.000,00	0,00	
TT		900.000	767.047	570.190	1.337.237	348.430,50	418.636,40	261.386,40	
TT INVESTIM.		900.000	767.047	570.190	1.337.237	348.430,50	418.636,40	261.386,40	
TT		29.728.350	26.748.434	3.357.153	30.105.537	14.315.102,20	12.433.331,80	12.591.005,47	
TT						0,00	0,00	0,00	
TOTAL		29.728.350	26.748.434	3.357.153	30.105.537	14.315.102,20	12.433.331,80	12.591.005,47	

Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Apropriação de Dívida	Total Geral
TT	24.584.260	4.184.090	1.337.237			30.105.587
OF						
TT	24.584.260	4.184.090	1.337.237			30.105.587



**MENSAGEM N.º 027 /2012**

Curitiba, 21 de maio de 2012



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Casa de Leis, o incluso Anteprojeto de Lei que objetiva a alteração do inciso II, do art. 18, da Lei n.º 13.666, de 05 de julho de 2002.

A presente proposta visa dar nova redação ao inciso supracitado, e regulamentar a concessão do "Adicional de Voo" aos Agentes de Aviação do referido quadro.

Considerando as disposições da Lei n.º 13.666, de 05 de julho de 2002, sobre o pagamento de vantagens pecuniárias aos integrantes das várias carreiras do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, este Anteprojeto de Lei tem a finalidade de alterar o conceito da vantagem Adicional de Voo e de fixar esse valor previsto no Inciso II do artigo 18, regulamentando a sua aplicação, conforme o § 1.º do artigo 18 e §§ 2.º e 3.º do artigo 30, o qual é específico para a carreira de Agente de Aviação, com a denominação de Adicional de Voo.

O conceito dessa vantagem, para o presente caso, é o de natureza permanente e exclusiva para integrantes desta carreira, relativa ao caráter penoso, insalubre, perigoso e com risco da atividade de voo e também para transporte de féretros, resgates, transporte de apenados e órgãos para transplantes, sendo incompatíveis com horas extras e incorporável para todos os efeitos legais.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

Instituto proL, n.º 10.482.947-3

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora do Salete, s/n.º | Centro Cívico | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil  
Fone: [41] 3350-2800 | Fax: [41] 3252-2381 | 3254-7345 | 3254-4299 | [www.pr.gov.br](http://www.pr.gov.br)

Cumpra ressaltar que a presente medida não trará qualquer ônus adicional ao erário.

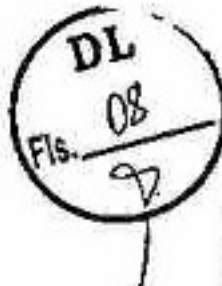
Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado







**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Palácio Iguaçu – Curitiba, 21 de maio de 2012  
OF CEE/G 126/12

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.**  
  
Em, 28 MAIO 2012  
  
**1º Secretário**

I – À DAP para leitura no expediente  
II – À DL para providências.

Em, 28/05/2012

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem relativa ao Anteprojeto de Lei que objetiva a alteração do inciso II, do art. 18, da Lei n.º 13.666, de 05 de julho de 2002.

Atenciosamente,

CARLOS ALBERTO RICHA

Governador do Estado

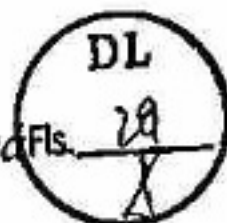
Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

CEE/SRGVF/JC



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 233/12**

Projeto de Lei nº 233/12

Autor: Poder Executivo - Mensagem nº. 027/12

Súmula: Altera o inciso II, do art. 18 Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002, e adota outras providências.

**EMENTA: DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO II DO ART. 18 DA LEI ESTADUAL Nº 13.666/02 E REGULAMENTA A CONCESSÃO DO ADICIONAL DE VOO AOS AGENTES DE AVIAÇÃO. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ARTS. 1º E 3º LEI ESTADUAL 13.666/02. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ARTS. 33-A E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.**

**PREÂMBULO**

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por finalidade alterar o conceito da vantagem Adicional de Voo e de fixar esse valor previsto no inciso II do art. 18 da Lei Estadual nº 13.666/02, regulamentando a sua aplicação, conforme o § 1º do art. 18 e §§ 2º e 3º do art. 30, o qual é específico para a carreira de Agente de Aviação, com a denominação de Adicional de Voo.

O conceito de adicional dessa vantagem, para o presente caso, é o de natureza permanente e exclusiva para integrantes desta carreira, relativa ao caráter penoso, insalubre e perigoso e com risco da atividade de voo e também para transporte de féretros, resgates,



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



transporte de apenados e órgãos para transplantes, sendo incompatíveis com horas extras e incorporável e para todos os efeitos legais.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Com efeito, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação, (Grifo nosso)

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nossa)

Ainda, a Lei Estadual nº 13.666/02, que instituiu o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná (QPPE), objetiva a organização dos cargos públicos de provimento efetivo, sob o fundamento de qualificação profissional e de desempenho, com a finalidade de assegurar a continuidade da ação administrativa, bem como a eficiência do serviço público, vejamos:

Art. 1º. Fica instituído o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, composto pelos atuais ocupantes de funcionários civis da Administração Direta e Autárquica, pertencentes ao Quadro Geral do Estado - QGE, que organizará os cargos públicos de provimento efetivo, decorrentes da alteração, em seis carreiras, fundamentado nos princípios de qualificação profissional e de desempenho, com a finalidade de assegurar a



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

DL  
Fls. 31  
J

continuidade da ação administrativa e a eficiência do  
serviço público.

Ademais, o art. 3º, § 1º da Lei supramencionada, organiza  
as carreiras do Quadro do Poder Executivo da seguinte forma:

Art. 3º. As Carreiras do Quadro Próprio do Poder  
Executivo do Estado do Paraná - QPPE, serão  
organizadas em 03 (três) Cargos, disposto de acordo  
com a natureza profissional, complexidade de suas  
atribuições e nível de escolaridade, sendo que, cada  
cargo será composto de 03 (três) classes III, II e I, com  
as quantidades na forma do disposto nos Anexos I e VI  
desta Lei.

§ 1º. As carreiras do Quadro Próprio do Poder Executivo  
do Estado do Paraná - QPPE, são: Apoio, Execução,  
Aviação, Penitenciária, Profissional e Fazendária,  
conforme segue:

- I - Apoio, composta pelo cargo de Agente de Apoio;
- II - Execução, composta pelo cargo de Agente de  
Execução;
- III - Aviação, composta pelo cargo de Agente de  
Aviação;
- IV - Penitenciária, composta pelo cargo de Agente  
Penitenciária;
- V - Profissional, composta pelo cargo de Agente  
Profissional;

Além disso, é preciso observar que a Constituição  
Estadual aduz que a Iniciativa de Leis que disponham sobre servidores





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná* Fls. 32  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, bem como estabilidade e aposentadoria, são de iniciativa privativa do Governador do Estado, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição; (grifos nossos)

Nesse sentido, manifestou-se nossa jurisprudência:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 272, § 2º, DA LEI COMPLEMENTAR N. 4 DO ESTADO DO MATO GROSSO. SERVIDORES PÚBLICOS. ACORDOS E CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO. VIOLAÇÃO DO ART. 61, § 1º, II, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL.

1. A celebração de convenções e acordos coletivos de trabalho consubstancia direito reservado exclusivamente aos trabalhadores da iniciativa privada. A negociação coletiva demanda a existência de partes formalmente detentoras de ampla autonomia negocial, o que não se realiza no plano da relação estatutária.

2. A Administração Pública é vinculada pelo princípio da legalidade. A atribuição de vantagens aos servidores somente pode ser concedida a partir de projeto de lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, consoante dispõe o art. 61, § 1º, inciso II, alíneas "a" e "c", da Constituição, desde que supervenientemente aprovada pelo Poder Legislativo. (julgamento, em



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



15/02/2006, da Ação Direta de Inconstitucionalidade,  
sob nº 554, tendo por Relator Ministro Eros Grau)

Ação direta de Inconstitucionalidade. Artigos 46, § 1º, e 53, parágrafo único, da Lei Orgânica do Distrito Federal. Exigência de concurso público. Artigo 37, II, da Constituição Federal. Ausência de prejudicialidade. Iniciativa do Poder Executivo. Precedentes da Corte.

1. A inteira modificação do art. 3º da Constituição Federal não autoriza o exame do tema constitucional sob sua regência.

2. Não há alteração substancial do art. 37, II, da Constituição Federal quando mantida em toda linha a exigência de concurso público como modalidade de acesso ao serviço público.

3. É Inconstitucional a lei que autoriza o sistema de opção ou de aproveitamento de servidores federais, estaduais e municipais sem que seja cumprida a exigência de concurso público.

4. A Lei Orgânica tem força e autoridade equivalentes a um verdadeiro estatuto constitucional, podendo ser equiparada às Constituições promulgadas pelos Estados-Membros, como assentado no julgamento que deferiu a medida cautelar nesta ação direta.

5. Tratando-se de criação de funções, cargos e empregos públicos ou de regime jurídico de servidores públicos impõe-se a iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo nos termos do art. 61, § 1º, II, da Constituição Federal, o que, evidentemente, não se dá com a Lei Orgânica.

6. Ação direta de Inconstitucionalidade julgada procedente. (Julgamento, em 06/03/2008, da Ação Direta de Inconstitucionalidade, sob nº 980, tendo por Relator o Ministro Menezes Direito).

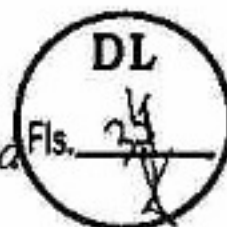
Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa





**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, tendo em vista que o mesmo não frará qualquer ônus adicional ao erário.

Destarte, as Comissões Permanentes tem competência para apresentar emendas, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas.  
(grifos nossos)

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoladas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

DL

35

Fls.

Desta forma, propõe-se a seguinte Emenda Modificativa em anexo.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 05 de junho de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

DEPUTADO NEREU MOURA  
RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 233/12

Fica alterado o Anexo Único do Projeto de Lei nº 233/12, que objetiva alterar o inciso II, do art. 18, da Lei nº 13.666. (Adicional de Voo – AVV, do Quadro de Agentes de Aviação do Poder Executivo).

ANEXO ÚNICO

Valor Adicional de Voo

(Em Reais)

R\$12.850,28

Sala das Comissões,

05/06/12

ALEXANDRE CORI

Deputado Estadual

ADEMAR TRAIANO

Deputado Estadual



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 233/12**

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 027/12 que objetiva a alteração do inciso II, do art. 18, da Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Nereu Moura e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável, na forma de Emenda Modificativa de autoria dos Deputados Alexandre Curi, Ademar Tralano e outros.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos observar que a proposta visa dar nova redação ao inciso supracitado, e regulamentar a concessão do Adicional de Voo aos Agentes de Aviação do referido quadro.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seu arts. 65, 66 e 87 ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Da mesma forma devemos observar que a matéria em questão vem acompanhada da Informação nº 074/2012-GPS/CC, por meio do protocolado nº 10.482.947-3, informando que existe previsão de recursos orçamentários na Lei Orçamentária Anual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, no valor de R\$20.779.260,00 (vinte milhões, setecentos e setenta e nove mil, duzentos e sessenta reais), para as



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



despesas com pessoal da Casa Civil no decorrer o presente exercício, na dotação que especifica, conforme QDD.

Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 12/06/12

DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

DEPUTADO ELIA RUSEH  
RELATOR



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**PROJETO DE LEI**

Nº 281/2012

**Súmula:** Dá nova redação ao art. 7º da Lei 16.372, de 30 de dezembro de 2009, alterado pela Lei nº 16.372, de 23 de janeiro de 2012.

**Art. 1.º** O art. 7º da Lei 16.372, de 30 de dezembro de 2009, alterado pela Lei nº 16.372, de 23 de janeiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

**\*Art. 7º.** Os atuais cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as simbologias atualmente praticadas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES, ficarão extintos em 31 de dezembro de 2013.\*

**Art. 2.º** Ficam as Secretarias de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL e da Fazenda – SEFA, autorizadas a promover os ajustes orçamentários e financeiros nos orçamentos das Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES, necessários ao cumprimento desta Lei.

**Art. 3.º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 20 JUN 2012

1º Secretário

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências

Em, 20/06/2012

Presidente



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

MENSAGEM N.º 037 /2012

Curitiba, 20 de junho

de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei com proposta de alteração na Lei nº. 16.372, de 30 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 17.068, de 23 de janeiro de 2012, que estabelece o quantitativo, para regularização dos cargos em comissão que especifica, destinados a atender encargos de direção, chefia ou assessoramento superior nas Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES.

Inicialmente, cumpre informar que a presente proposta de lei objetiva prorrogar o prazo de extinção dos cargos de confiança das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná - IEES, para o dia 31 de dezembro de 2013.

Conforme leciona o art. 7º da Lei nº 16.372, de 30 de dezembro de 2009, com a redação dada pela Lei nº 17.068/2012, os cargos de confiança que atualmente compõe as Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES deveriam ser extintos a partir de 30 de junho de 2012. No entanto, considerando que as IEES demandaram um prazo maior que o previsto para a regularização e uniformização da estrutura de Funções e Cargos Comissionados nas Universidades e Hospitais Universitários, tal medida se faz necessária para evitar a extinção de tais cargos e funções e, assim, impedir um colapso perante a estrutura das Universidades e dos Hospitais Universitários.

Ainda, vale salientar que a prorrogação de prazo ora proposta não acarretará nenhuma expansão financeira, pois mantém-se a estrutura já vigente nas Universidades.

Por último, tendo em vista a natureza da matéria, solicito que a mesma seja apreciada em regime de urgência, na forma do § 1º do art. 66 da Constituição Estadual.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICH  
GOVERNADOR DO ESTADO

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA - PR

Protocolo n.º 11.428.408-8

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil  
Fone: (41) 3350 2800 | Fax: (41) 3254 7345 | www.pr.gov.br





Lei nº. 17 068

Data 23 de janeiro de 2012

Súmula Altera o art. 7º da Lei nº. 16.372, de 30 de dezembro de 2009.

*A Assembleia Legislativa do Estado Do Paraná*

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Altera o art. 7º da Lei nº 16.372, de 30 de dezembro de 2009, bem como revoga o parágrafo único deste artigo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º Os atuais cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as simbologias atualmente praticadas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES, ficarão extintos em 30 de junho de 2012."

Art. 2º Ficam as Secretarias de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL e da Fazenda - SEFA, autorizadas a promover os ajustes orçamentários e financeiros nos orçamentos das Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES, necessários ao cumprimento desta Lei.

Art. 3º Acresce parágrafo único ao art. 6º, da Lei nº 16.372, de 30 de dezembro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. O ato de nomeação, exoneração e registro funcional a que se refere o caput deste artigo deve especificar nome, cargo e função do respectivo servidor."

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA em 28 de janeiro de 2012.

Carlos Alberto Richa  
Governador do Estado

Alípio Santos Leal Neto  
Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Luiz Eduardo da Veiga Sebastião  
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Durval Amaral  
Chefe da Casa Civil



Lei nº. 16372



Data 30 de dezembro de 2009

**Súmula** Estabelece o quantitativo, para regularização, dos cargos em comissão que específicos, que se destinam a atender a encargos de direção, de chefia ou de assessoramento superior nas Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES, e adota outras providências.

*A Assembleia Legislativa do Estado Do Paraná*

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica estabelecido o quantitativo, para regularização, dos cargos em comissão de Direção Acadêmica, simbologia DA-1 a DA-4, nos termos do Anexo I desta lei, que se destinam a atender a encargos de direção, de chefia ou de assessoramento superior nas Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES.

§ 1º Os cargos em comissão de que trata o caput deste artigo deverão ser providos conforme dispuser o regulamento da Instituição, podendo a escolha do ocupante recair ou não em detentor de cargos efetivos de Professor de Ensino Superior, de que trata a Lei Estadual nº 11.713, de 07 de maio de 1997, com as alterações promovidas pela Lei Estadual nº 14.825, de 12 de setembro de 2005 e pela Lei Estadual nº 15.944, de 09 de setembro de 2008, ou de Agente Universitário, de que trata a Lei Estadual nº 15.050, de 12 de abril de 2006, que regulamentam as Carreiras do Magistério Público de Ensino Superior e do Pessoal Técnico Administrativo das IEES, com os acréscimos definidos nos artigos 3º, 4º e 6º da Lei Estadual nº 14.269, de 22 de dezembro de 2003.

§ 2º Os detentores dos cargos referidos nesse artigo:

I - deverão possuir, no mínimo, formação a nível de graduação;

II - são destituíveis a qualquer momento, a critério da autoridade concedente, nos termos da lei;

III - quando detentor de cargo efetivo, fica-lhe assegurado o retorno às atividades afins ao seu cargo de origem.

**Art. 2º** A remuneração devida pelo exercício de cargo em comissão de simbologia DA-1 a DA-4 é a que consta do Anexo II, sendo vedada qualquer outra forma de cálculo, parcela ou prática.

**Parágrafo único.** Se o nomeado ao exercício de cargo em comissão for servidor da Instituição Estadual de Ensino Superior, de qualquer carreira, perceberá o vencimento e demais vantagens do seu cargo efetivo, acrescido do valor integral da remuneração referente ao cargo em comissão no qual foi provido.

demais vantagens do seu cargo efetivo, acrescido do valor integral da remuneração referente ao cargo em comissão no qual foi provido.

Art. 3º Fica estabelecido o quantitativo, para regularização, das funções de confiança de chefia intermediária necessárias para a estrutura administrativa das Instituições Estaduais de Ensino Superior, nos termos do Anexo III desta lei.

§ 1º As funções de confiança de que trata o caput deste artigo deverão ser providas conforme dispuser o regulamento da Instituição, devendo a escolha do ocupante necessariamente recair em detentor de cargos efetivos de Professor de Ensino Superior, de que trata a Lei Estadual nº 11.713, de 07 de maio de 1997, com as alterações promovidas pela Lei Estadual nº 14.825, de 12 de setembro de 2005 e pela Lei Estadual nº 15.944, de 09 de setembro de 2008, ou de Agente Universitário de que trata a Lei Estadual nº 15.050, de 12 de abril de 2006, que regulamentam as Carreiras do Magistério Público de Ensino Superior e do Pessoal Técnico Administrativo das IEES, com os acréscimos definidos nos artigos 3º, 4º e 6º da Lei Estadual nº 14.269, de 22 de dezembro de 2003.

§ 2º As funções de confiança de que trata o caput deste artigo serão denominadas Funções Acadêmicas, de simbologia FA-1 a FA-3, remuneradas segundo os valores constantes do Anexo IV desta lei.

§ 3º O quantitativo de funções constantes do Anexo III só poderá ser alterado por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 4º É vedado atribuir função acadêmica ou remunerar de outro modo qualquer pessoa pela condição de membro de conselhos superiores da instituição.

Art. 4º A jornada de trabalho de ocupante de cargo de provimento em comissão e servidor provido com função acadêmica será, no mínimo, de tempo integral, sendo vedada a percepção simultânea de horas-extras.

Art. 5º Os servidores que forem designados para ocupação eventual de cargos de Direção Acadêmica ou de Funções Acadêmicas em substituição aos titulares, por período superior a 10 (dez) dias consecutivos, terão direito à percepção do valor proporcional aos dias trabalhados.

Art. 6º As nomeações, exonerações e registros funcionais decorrentes da aplicação desta lei serão publicados no Diário Oficial do Estado, pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior, nos termos da legislação em vigor.

Art. 7º Os atuais cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as simbologias atualmente praticados pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES ficarão extintos no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação da lei.

Art. 8º Ficam convalidados os atos praticados pelos dirigentes das Instituições Estaduais de Ensino Superior com relação à atribuição de cargos em confiança e funções gratificadas anteriormente à vigência desta lei.

Art. 9º A remuneração dos cargos de Direção Acadêmica e de Funções Acadêmicas a que se refere esta lei são de natureza indenizatória, não incorporáveis aos vencimentos, nem computadas para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o

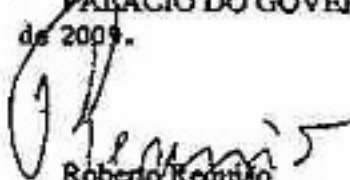
mesmo título ou idêntico fundamento, bem como não servirão de base para cálculo de outras vantagens.

**Art. 10** Os valores constantes dos Anexos II e IV desta lei serão alterados na mesma data de atualização e índices que incidirem sobre a Tabela de Remuneração dos Cargos em Comissão "DAS" e "C" do Poder Executivo.

**Art. 11** Ficam as Secretarias de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL e da Fazenda - SEFA autorizadas a promover os ajustes orçamentários e financeiros nos orçamentos das Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES necessários ao cumprimento desta lei.

**Art. 12** A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 30  
de dezembro de 2009.

  
Roberto Requião  
Governador do Estado

Lygia Lumina Pupatto  
Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Maria Marta Renner Weber Lunardon  
Secretária de Estado da Administração e da Previdência

Maria Cecília M. Centa do Amaral  
Chefe da Casa Civil, em exercício

ANEXO I - CARGOS EM COMISSÃO DE DIREÇÃO ACADÊMICA NAS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ

NÍVEL	CARGO DE DIREÇÃO ACADÊMICA	QUANTITATIVO											FECLCAM
		UEL	UEM	UEPG	UNIOESTE	UNICENTRO	UEMP	ENBAP	FAFIPA	FAFIPAR	FAFJUV	FAP	FECEA
DA-1	Chefe de Gabinete do Reitor	1	1	1	1	1	1	1					
DA-1	Chefe de Procuradoria ou Assessoria Jurídica (Procurador Geral)	1	1	1	1	1	1						
DA-1	Chefe ou Assessor de Comunicação Social	1	1	1	1	1	1						
DA-1	Diretor Geral de Campus com responsabilidades administrativas e pedagógicas e com unidades pedagógicas vinculadas				5	8	3						
DA-1	Diretor Geral de Centro de Ensino com responsabilidades predominantemente pedagógicas e administrativas e com unidades de ensino vinculadas	9	7	6									
DA-1	Diretor Superintendente do Hospital Universitário	1	1		1								
DA-1	Prefeito de Campus Universitário	1	1	1									
DA-1	Pro-Reitor	6	6	6	6	6	6						
DA-2	Chefe Geral de Auditoria e Controladoria	1	1	1	1	1	1						
DA-2	Chefe ou Coordenador da Unidade Responsável por Concursos e/ou Processo Seletivos	1	1	1	1	1	1						
DA-2	Diretor de Centro de Ensino com responsabilidades predominantemente pedagógicas-acadêmicas, em razão das atividades administrativas serem absorvidas pelo Diretor Geral de Campus				18		10						
DA-3	Assessor Técnico	5	5	5	5	5	5						

DL  
09  
H



ANEXO I - CARGOS EM COMISSÃO DE DIREÇÃO ACADÊMICA NAS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ

NÍVEL	CARGO DE DIREÇÃO ACADÊMICA	QUANTITATIVO												
		UEL	UEM	UEPG	UNIOESTE	UNICENTRO	UEMP	EMBAP	FAFPA	FAFIPAR	FAFJUV	FAP	FECEA	FECILCAM
DA-3	Diretor de Campus com responsabilidades predominantemente administrativas, sem unidades pedagógicas vinculadas		5	5		2								
DA-3	Diretor de Órgão Suplementar	16	16	16	17	17	16							
DA-3	Diretor da Prefeitura do Campus Universitário	3	3	3										
DA-3	Diretor de Pró-Reitoria	16	16	16	16	16	13							
DA-3	Vice-Diretor Geral do Campus						3							
DA-3	Vice-Diretor Geral do Centro de Ensino	9	7	6		9								
DA-4	Assessor Técnico							2	2	2	2	2	2	2

ANEXO II

TABELA DE VALORES PARA OS CARGOS EM COMISSÃO DE DIREÇÃO  
ACADÊMICA NAS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE ENSINO SUPERIOR DO  
PARANÁ

NÍVEL	VALOR UNITÁRIO (EM R\$)
DA-1	2.959,33
DA-2	2.537,18
DA-3	2.324,47
DA-4	1.147,94



ANEXO III - FUNÇÕES ACADÊMICAS NAS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ

NÍVEL	FUNÇÃO ACADÊMICA	QUANTITATIVO													
		UEL	UEM	UEPG	UNIOESTE	UNICENTRO	UENP	EMBAP	FAFPA	FAFPAR	FAFUV	FAP	FECEA	FECLCAM	
FA-1	Chefe de Departamento ou Coordenador de Área de Ensino	67	44	37	50	38									
FA-1	Coordenador de Colegiado de Curso de Graduação ou de Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu	78	72	51	65	44	22	8	11	7	8	8	6	9	
FA-1	Coordenador de Serviço	5	5	5	5	5									
FA-1	Vice-Diretor de Colégio de Aplicação	1	1	2											
FA-2	Chefe de Divisão	94	95	62	68	52	35	6	8	8	8	6	6	6	
FA-2	Secretário de Órgão de Direção Superior (Reitoria, Vice-Reitoria Pró-Reitoria, Direção Geral de Centro de Ensino, Direção Geral de Campus, Prefeitura de Campus Universitário)	18	16	15	13	17	5								
FA-3	Assistente Técnico							3	3	3	3	3	3	3	
FA-3	Encarregado de Seção ou Supervisor de Serviço	188	180	104	120	104	93	9	9	9	9	9	8	11	
FA-3	Secretário de Direção de Centro de Ensino				16										

ANEXO IV

TABELA DE VALORES PARA AS FUNÇÕES ACADÊMICAS NAS  
INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ

NÍVEL	VALOR UNITÁRIO (EM R\$)
FA-1	1.147,94
FA-2	847,15
FA-3	467,99



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete Deputado Cesar Silvestri Filho*

**PARECER AO PROJETO DE LEI 281/12**

**PROJETO DE LEI DE Nº.: 281/12**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO – MENSAGEM Nº. 037/12**

**SÚMULA:** ALTERA A LEI Nº 16.372, DE 30/12/2009, ALTERADA PELA LEI Nº 17.068, DE 23/01/12, QUE ESTABELECE O QUANTITATIVO, PARA REGULARIZAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO, QUE ESPECIFICA, DESTINADOS A ATENDER ENCARGOS DE DIREÇÃO, CHEFIA OU ASSESSORAMENTO SUPERIOR NAS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE ENSINO SUPERIOR – IEES.

**EMENTA:** ALTERA A LEI 16.372/09 COM O OBJETIVO DE PRORROGAR O PRAZO DE EXTINÇÃO DOS CARGOS DE CONFIANÇA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DO PARANÁ – IEES, PARA O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2013. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 33-A E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 65 E 66 DA CE. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O PRESENTE PROJETO DE LEI, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, ATRAVÉS DA MENSAGEM Nº 037/12, OBJETIVA PRORROGAR O PRAZO DE EXTINÇÃO DOS CARGOS DE CONFIANÇA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DO PARANÁ – IEES, PARA O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2013.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete Deputado Cesar Silvestri Filho*

**FUNDAMENTAÇÃO**

DE INÍCIO, COMPETE À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, EM CONSONÂNCIA AO DISPOSTO NO ARTIGO 33-A, I DO REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, VERIFICAR A CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE, LEGITIMIDADE DO PROPONENTE, BEM COMO A TÉCNICA LEGISLATIVA ORA UTILIZADA:

**ART. 33-A: CABE À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA:**

**I – EMITIR PARECER SOBRE AS PROPOSIÇÕES QUANTO A SUA CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE, JURIDICIDADE, ADEQUAÇÃO REGIMENTAL E CARÁTER ESTRUTURAL, EM FACE DO QUE DISPÕE A LEI COMPLEMENTAR 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.**

SOBRE A INICIATIVA DE PROJETOS DE LEI, DISPÕE O REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ:

**ART. 124. A INICIATIVA DOS PROJETOS CABERÁ A QUALQUER MEMBRO DA ASSEMBLÉIA, AO GOVERNADOR, DOS TRIBUNAIS E AO MINISTÉRIO PÚBLICO, QUE PODERÃO SOLICITAR O SEU ARQUIVAMENTO OU A SUA RESTITUIÇÃO, EM QUALQUER FASE DE SUA TRAMITAÇÃO.**  
**PARÁGRAFO ÚNICO. TODOS OS PROJETOS, RESSALVADA A COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO GOVERNADOR, DOS TRIBUNAIS E DO MINISTÉRIO PÚBLICO, TERÃO ORIGEM NA ASSEMBLÉIA, SOB A INICIATIVA DE QUALQUER DEPUTADO OU COMISSÃO.**

AINDA, SOBRE A INICIATIVA DAS LEIS, OPORTUNO OBSERVAR A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, EM SEU ART. 65:

**ART. 65. A INICIATIVA DAS LEIS COMPLEMENTARES E ORDINÁRIAS CABE A QUALQUER MEMBRO OU COMISSÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, AO GOVERNADOR DO ESTADO, AO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, AO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA E AOS CIDADÃOS, NA FORMA E NOS CASOS PREVISTOS NESTA CONSTITUIÇÃO.**

DESTARTE, VERIFICA-SE QUE A INICIATIVA PARA O PRESENTE PROJETO DE LEI RECAI NO PRECONIZADO NO ART. 66, I DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, POIS EMBORA NÃO SE TRATA DE CRIAÇÃO DE CARGOS *STRICTU SENSU*, CERTO QUE A PRORROGAÇÃO DA SUA EXISTÊNCIA, BEM COMO DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS, ESTÁ ABRANGIDA PELO REFERIDO ARTIGO:



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Gabinete Deputado Cesar Silvestri Filho**

ART. 86. RESSALVADO O DISPOSTO NESTA CONSTITUIÇÃO, SÃO DE INICIATIVA PRIVATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO AS LEIS QUE DISPONHAM SOBRE:

I - CRIAÇÃO DE CARGOS, FUNÇÃO OU EMPREGOS PÚBLICOS NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E AUTÂRQUICA DO PODER EXECUTIVO OU AUMENTO DE SUA REMUNERAÇÃO;

DESTA FORMA, VERIFICOU-SE A INICIATIVA PRIVATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO E A INEXISTÊNCIA DE ÔBICES AO PRESENTE PROJETO.


ADEMAIS, DEVEMOS OBSERVAR QUE O PROJETO DE LEI NÃO VIOLA A LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº. 101/00, A QUAL EXIGE QUE O PROJETO QUE ACARRETE AUMENTO DE DESPESA ESTATAL SEJA ACOMPANHADO DE ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO CAUSADO E DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DA DESPESA DE QUE O AUMENTO TEM ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, TENDO EM VISTA QUE SE MANTÉM A ESTRUTURA JÁ VIGENTE NAS UNIVERSIDADES.


POR FIM, NO QUE TANGE ÀS NORMAS DE ELABORAÇÃO NORMATIVA, PREVISTAS NA LEI COMPLEMENTAR 95/98, O PRESENTE PROJETO ENCONTRA-SE REVESTIDO DE LEGALIDADE.


**CONCLUSÃO**

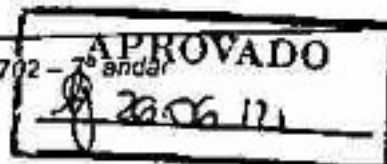
DIANTE DO EXPOSTO, OPINA-SE PELA **APROVAÇÃO** DO PRESENTE PROJETO DE LEI, EM VIRTUDE DE SUA CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE, POR ATENDER A TODOS OS REQUISITOS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E DE TÉCNICA LEGISLATIVA.

SALA DAS COMISSÕES, 26 DE JUNHO DE 2012

  
**NELSON JUSTUS**  
PRESIDENTE

  
**CESAR SILVESTRI FILHO**  
RELATOR

  
Praça Nossa Senhora da Saúde s/nº - Gabinete 702 - 7º andar  
Centro Cívico - Curitiba - Paraná







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 281/12**

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 037/12 que objetiva a alteração da Lei nº 16.372, de 30 dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 17.068, de 23 de janeiro de 2012.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do seu Relator após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seu arts. 65, 66 e 87 ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Da mesma forma devemos observar que o autor informa que a prorrogação de prazo ora proposta não acarretará nenhuma expansão financeira, pois mantém-se a estrutura já vigente nas Universidades. Portanto, não há que se falar em desobediência da Lei Complementar Federal nº 101/00. (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Sendo assim, não encontramos nada que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

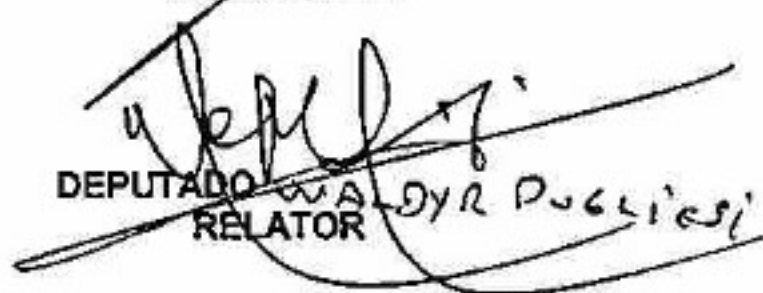


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

É o parecer.

Sala das Comissões, 26/06/12

  
DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO WALDYR PUGLIESI  
RELATOR







*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Educação*

**PARECER AO PROJETO DE LEI 281/12**


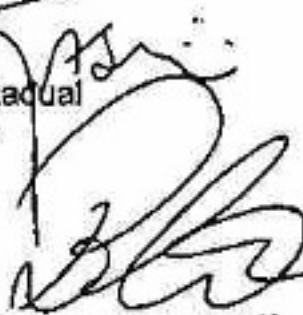
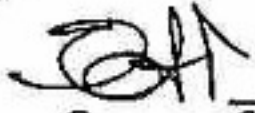
De acordo com o que dispõe o art. 33-G, do Regimento Interno desta Casa, esta Comissão de Educação vem se manifestar acerca do Projeto de Lei 281/12, proveniente da Mensagem Governamental 037/12, que altera a Lei 17.068/2012, a qual estabeleceu o quantitativo para regularização dos cargos em comissão que especifica, destinados a atender cargos de direção, chefia e assessoramento nas IEES.

A presente proposta visa prorrogar o prazo de extinção dos cargos de confiança das Instituições Estaduais de Ensino Superior, que seria em 30 de junho de 2012 para 31 de dezembro de 2013. Imperioso ressaltar que a prorrogação deve-se ao fato de que as IEES demandam ainda mais tempo para regularização e uniformização da estrutura de funções e cargos comissionados das Universidades e dos Hospitais Universitários.

Sendo assim, esta Comissão emite seu parecer favorável ao Projeto de Lei 281/12.

Esta é o Parecer.

Sala das Comissões, em 26 de junho 2012.

  
Luiz Eduardo Cande  
Deputado Estadual  
Relator  
RSCA  
  
Osmer Bertoldi  
  
Pastor Praczyk